



Esch: planilha da maioria das escolas traz custos irreais

Associação de pais rejeita os aumentos

A maior pedra no sapato dos donos de escolas é a Apaerj. Com uma força que cresce a cada dia, organização e agilidade invejáveis a maioria dos colégios, a associação guarda na manga trunfos para revidar qualquer argumento que venha a prejudicar o interesse dos pais. Por trás da mesa de arquitetura, hoje repleta de papéis escolares, Jorge Esch, presidente da Apaerj, recebe, todos os dias, dezenas de contratos propondo índices de reajuste e preço de mensalidades absurdos, e pais pedindo contestações.

"O valor máximo da mensalidade de dezembro deve ser calculado pegando-se o valor da mensalidade de março e multiplicando por 1.5059, referente ao repasse do dissídio dos professores em abril", ensina Esch. Segundo ele, a ação civil pública movida pela Equipe de Proteção ao Consumidor, através do procurador Hêlio Gama, garante a todos os pais o direito de matricular seus filhos sem a assinatura do contrato. "É um absurdo, uma contradição, a ministra da Economia tentar controlar a Autolatina e liberar as mensalidades escolares" dispara Esch.

Apenas uma manhã na Apaerj é suficiente para a coleta das mais variadas contestações. Um pai de aluno do Anglo Americano reclama do aumento da mensalidade do curso de alfabetização (CA), que passou de Cr\$ 14.380 em novembro para Cr\$ 22.223 em dezembro para quem pagar até 5 de janeiro e Cr\$ 24.693 para os pais que fizerem a matrícula após este prazo. E mostra no carnê que o colégio ainda propõe um seguro opcional contra acidentes no valor de Cr\$ 8.200. Ao mesmo tempo, um pai de aluno do Colégio São Vicente de Paulo contesta a cobrança da matrícula de Cr\$ 6.500 (CA) e Cr\$ 8.400 (2º grau).

No Centro Educacional Anísio Teixeira (Ceat), segundo consta no carnê de um aluno, a matrícula da terceira série pulou de Cr\$ 9.000 em outubro para Cr\$ 16.000 em dezembro e Cr\$ 22.000 em janeiro. A Apaerj está representando 50 pais do Ceat que moveram ação contra os aumentos impostos pela escola, até pouco tem-

po considerada modelo, por estar sempre aberta a negociações. Só que segundo uma mãe de aluna, desta vez a direção se recusa a escutar os pais. O que surpreende até o presidente da Apaerj, que em 1988 foi chamado pela diretora para ajudar a equilibrar as contas da escola: "Não acredito que a Emilia não vá negociar", diz Esch, que foi quem convenceu os pais dos alunos do Andrews a não entrarem na Justiça e tentarem negociar.

Intransigência — Já os pais de alunos do Colégio Princesa Isabel afirmam que a escola não reconhece até hoje a associação de pais, criada há seis meses. E o Curso Palas enviou circular alertando os responsáveis quanto a ação nociva de "comunistas infiltrados" no colégio. Situação pior estão vivendo os pais de alunos do Centro Educacional Cozzolina, em Raiz da Serra, localidade no km 62 da Avenida Automóvel Clube. Além de estar recusando as matrículas dos filhos de pais que fazem parte da associação, o Cozzolina chega a fazer ameaças.

"Se você gosta de seus filhos, tire-os do colégio" disse a diretora Núbia Cozzolina a Herani Braga, que tem dois filhos naquela escola. O Centro Educacional Cozzolina é propriedade de uma única família, dona de mais dois colégios do lugar, e indexou os aumentos das mensalidades a 25% da variação do salário mínimo.

Segundo Edgard Esch, a estrutura de planilha de custo adotada pelas escolas, com respaldo da Portaria 140 do Ministério da Fazenda, dá margem a distorções e erros, que levam a ganhos artificiais superiores àqueles admitidos para a educação. "Além disso permite às escolas sem fins lucrativos obterem lucro real médio de 78% e as com fins lucrativos terem ganho real de 68%, apesar da margem de lucro limite prevista pelo Artigo 1º do Decreto 95.921 ser de 10%.

Esta foi a conclusão chegada pela Apaerj depois de analisar os modelos de planilha de custo enviados à Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação nos últimos anos. Aleatoriamente, a Apaerj projetou a estrutura de custos do colégio Nossa Senhora de Misericórdia, um dos que apresentaram sua planilha em 1988, sobre sete diferentes modelos de planilhas, inclusive o da Apaerj. Este relatório foi encaminhado à ministra Zélia Cardoso de Mello, à Secretaria Nacional de Direito Econômico e ao ministro da Educação, Carlos Chiarelli, para comprovar que as estruturas de custos utilizadas pelas escolas não refletem a realidade dos custos.